

# POR UM LEGISLATIVO DECENTE

J.O. de Meira Penna

Com um Congresso medíocre como o de que dispomos, alguém alimenta alguma ilusão quanto ao resultado desastroso que poderá advir da mudança para o parlamentarismo?

No desenrolar da aplicação do chamado Plano Collor, muitos observadores, inclusive autores de "Cartas dos Leitores" de diversos periódicos, se têm queixado que sobre o Legislativo nenhum efeito tem tido aquele plano. Os privilégios dos marajás dos legislativos continuam grotescos (um vereador de um município mambembe continua, por exemplo, a ganhar o dobro do que ganho eu como embaixador com 43 anos de serviço); os abusos do clientelismo permanecem, assim como os trens da alegria; nenhum enxugamento da máquina burocrática foi executado (no Senado e na Câmara sentam-se ainda, na semi-ociosidade, 12.000 funcionários; e um piloto de elevador continua ganhando tanto quanto um piloto de Mirage); e as gaiolas de ouro municipais multiplicam seus escândalos neste período pré-eleitoral.

Os críticos do Plano Collor nesse setor esquecem-se que o Executivo não possui forma de ação direta sobre o Legislativo: pela Constituição, autônomos são os Três Poderes. Além disso, é o Brasil uma federação e Brasília tampouco é capaz, senão indiretamente, de forçar os governos estaduais a se moralizarem. A Constituição do "Ulysses no País das Maravilhas" agravou a situação ao privar a União de uma considerável parcela de seus recursos tributários. Quando muito, o que pode o governo Collor é tentar influenciar o resultado da urnas, a 3 de outubro - influência que seria não somente legítima mas aconselhável -, e oferecer um modelo de seriedade que possa eventualmente, por contágio, modificar o comportamento dos governos estaduais e municipais, particularmente na sua área legislativa.

Ora, se é possível constatar um enorme desencanto da população com os políticos - ou seja, com os eleitos para os legislativos em seus três níveis - caberia entender os motivos de tal desgosto. A causa principal, quer-me parecer, reside nos defeitos da representação em nossa estrutura política - uma falha existente desde os primórdios de nossa vida independente. Não é só que o povo, como se acentua, não sabe escolher, é sobretudo que não se oferecem ao eleitorado condições adequadas para fazer uma escolha racional, segundo seus interesses a longo prazo. A democracia brasileira não é realmente representativa, nunca foi. É antes um democratismo que mantém, artificialmente, a forma tradicional de autoridade patrimonialista - clientelista.

É por esse motivo que aconselho ao leitores cultos e interessados a leitura da obra recente *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*, organizada por Vicente Barreto e Antônio Paim, e publicada pela Editora Itatiaia com o apoio da Editora da USP. Os autores desse livro fundamental salientam os defeitos do regime representativo em nossa terra, desde a Independência, o que resulta em parte do desenvolvimento rudimentar do pensamento liberal brasileiro. Lembram, inicialmente, que cada geração

pretendeu uma reforma das instituições políticas, em consonância com as idéias de seu tempo e seguindo os modelos "modernos" que lhe eram oferecidos pelas sociedades exemplares da Europa e a América do Norte. Mas acontece que as mudanças pretendidas esbarram sempre com a inércia de uma tradição cultural conservadora - herdada de Portugal - e de um subdesenvolvimento mental que não lhe permitem impor racionalmente a transformação desejada.

A discordância entre o desejo de mudança e os meios práticos de realizá-la se coloca enfaticamente no Legislativo, mormente porque o Legislativo federal dispõe também de poderes constitucionais. Enquanto os autores responsáveis pela Constituição do País não dispuserem de representatividade autêntica, é inútil imaginar que poderemos, com facilidade, edificar uma estrutura política adequada aos desejos da nacionalidade: cria-se como que um círculo vicioso porque os mesmos vícios são, sucessivamente, inseridos nas cartas magnas elaboradas profusamente desde de 1889.

Estas considerações são sobretudo pertinentes diante da eventualidade da mudança do regime presidencialista para o parlamentarismo. Com um Congresso medíocre como o de que dispomos atualmente, alguém que por ventura alimenta alguma ilusão quanto ao resultado desastroso que poderá advir da mudança? Claro, dispomos de um presidente da República eleito por maioria do eleitorado. Corajoso é ele, e vicioso, voluntarioso, ambicioso. Não obstante, sua mocidade, seu caráter temperamental, pressa e falta de experiência poderão comprometer a necessária liderança que dele seria requerida no momento da reforma constitucional de 1993. Na tradição brasileira, dispõe o presidente da República de uma soma tão extraordinária de poderes que não estaria fora de cogitação se a ele coubesse conduzir as mudanças, na base da representatividade mais autêntica, para uma forma de parlamentarismo eficiente. Mas poderíamos esperar com otimismo uma tal eventualidade milagrosa? Mais certo seria antecipar que uma representatividade autêntica jamais será alcançada enquanto certas condições prévias não forem preenchidas, condições que não são, infelizmente, daquelas que agradam aos demagogos e "fisiólogos" aos quais, em grande parte, caberá efetuar a próxima reforma constitucional.

Voto distrital, correção dos absurdos coeficientes eleitorais, reforma na constituição do Senado, redução dos salários dos deputados estaduais e vereadores etc., são algumas das condições que julgo essenciais e às quais em outra ocasião pretendo referir-me.

J.O. de Meira é embaixador, professor da UnB e escritor

(Transcrito do "Jornal da Tarde")